

## Prefácio

Este volume dedicado ao Império Bizantino foi originalmente confiado a Romilly Jenkins (falecido em 1969). Se tivesse vivido o suficiente para o escrever, teria produzido um livro mais elegante e, estamos certos, melhor do que aquele que oferecemos agora ao público.

Abstrair-nos-emos de mencionar os nomes de todos os amigos e colegas, quer vivos quer já falecidos, que tanto contribuíram para aprofundar a nossa compreensão da civilização bizantina. Tentámos pagar a nossa dívida não lhes pedindo para ler o nosso texto dactilografado.

É talvez necessário oferecer ao leitor uma breve explicação no que diz respeito à transliteração das palavras e dos nomes gregos. Existem pelo menos três sistemas possíveis, nomeadamente, a latinização (*c* para *k*, *-us* para *-os*, *oe* para *oi*, etc.); aquele que se pode chamar sistema padrão do grego; e, o mais problemático de todos, a fonética do grego moderno (favorecida, entre outros, pelo falecido Arnold Toynbee). Em geral, seguiu-se o primeiro sistema, no caso dos nomes próprios, pela simples razão de que é o mais usado nos países de língua inglesa. Porém, ao transliterar palavras e frases gregas, adoptámos o segundo sistema, adicionando o acento circunflexo para distinguir o *eta* do *épsilon* e o *ómega* do *ómicron*. Se isto provocar alguma confusão, apenas podemos dizer que uma consistência completa teria produzido formas ainda mais bizarras. O leitor que estiver familiarizado com Procópio e São João Clímaco teria

tido alguma dificuldade em identificar as expressões *Prokopios* e *Ioannes ho tês klimakos*.

Por último, gostaríamos de agradecer também a Weidenfeld e a Nicolson, assim como à minha esposa, pela sua paciência exemplar.

*Oxford, Novembro de 1979*

## Introdução

Diz-se que o Império Bizantino, assim definido pela maioria dos historiadores, fora constituído quando a cidade de Constantinopla, a Nova Roma, foi fundada, em 324 d.C., e que terá terminado quando a mesma foi tomada pelos Turcos Otomanos em 1453. Durante esses onze séculos sofreu transformações profundas e, por esse motivo, é usual dividir a história bizantina em pelo menos três grandes períodos – Inicial, Médio e Tardio. O Período Inicial bizantino poderá ser entendido como se estendendo até cerca de meados do século VII, ou, por outras palavras, até à ascensão do Islão e à instalação definitiva dos Árabes, ao longo da costa sul e este do Mediterrâneo; o Período Médio, até à ocupação da Ásia Menor pelos Turcos, nos anos 1070 ou, com menos argumentos de defesa, até à tomada de Constantinopla pelos cruzados, em 1204; e o Período Tardio a partir de um destes términos, até 1453.

Por muito arbitrária que esta definição possa parecer, existem boas razões para a manter. Em relação ao epíteto «bizantino», poderão ser, e têm sido, levantadas sérias objecções no que diz respeito à sua adequação. Em todo o caso, este termo tem prevalecido e seria, pois, arrogante rejeitá-lo. Apenas teremos de compreender que se trata de uma designação que nos é meramente conveniente. Na realidade, e como é evidente, o Império Bizantino nunca existiu. Existiu, sim, um Estado romano que tinha por centro Constantinopla. Os seus habitantes apelidavam-se *Romaioi*, ou

simplesmente cristãos; e chamavam ao seu país *Romania*. Um homem podia ser referido como *byzantios* apenas se fosse natural de Constantinopla, e não se viesse de outra parte do Império. Para os europeus ocidentais, para quem a palavra «romano» tinha uma conotação completamente diferente, os «Bizantinos» eram geralmente conhecidos por *Graeci*, ao passo que para os Eslavos seriam conhecidos por *Greki*, mas para os Árabes e para os Turcos por *Rum*, isto é, Romanos. O termo *Byzantinus* para referir o Império e os seus habitantes só começou a ser usado no Renascimento. Tentativas de se referir o mesmo conceito através de termos sinónimos, de modo a obter-se designações mais correctas, acabariam por resultar em expressões ainda mais obtusas, tais como «romanos orientais» ou «cristãos orientais», que não tiveram, de um modo geral, uma aceitação consensual.

Se adoptarmos uma visão sintética e distante da história bizantina (que é o máximo que podemos fazer aqui), poderemos afirmar que, dos três períodos que indicámos, o Período Inicial é, de longe, o mais importante. Com efeito, é aquele que pertence à Antiguidade, e o que geograficamente respeita à bacia mediterrânica. O Império Romano poderá ter perdido gradualmente as suas províncias a norte, mas ainda se estendia de Gibraltar até ao Eufrates, onde, do outro lado das suas águas, enfrentava o seu inimigo tradicional, a Pérsia sassânida. O confronto e o equilíbrio entre estas duas grandes potências constituíam a base política que sustentava o período em questão. Para além de Roma e da Pérsia, e de alguns Estados menores situados nas respectivas periferias, não restava mais do que um mar flutuante de barbárie.

Não foi só apenas em termos de extensão geográfica e poder político que o Estado bizantino do Período Inicial foi incomparavelmente mais notável do que o Médio ou o Tardio. O mesmo se aplica ao empreendimento realizado a nível cultural: integrou o cristianismo na tradição greco-romana; definiu o dogma cristão, estabelecendo as estruturas da vida cristã; e criou uma literatura e uma arte cristãs. Não existe, praticamente, nenhuma instituição ou ideia em toda a panóplia bizantina que não tenha tido origem no Período Inicial.

É difícil avaliar a ruptura catastrófica que ocorreu no século VII. Qualquer um que leia a narrativa dos acontecimentos não conseguirá deixar de ficar impressionado com as calamidades que se sucederam no Império, a começar pela invasão persa, precisamente no início do século, até à

expansão árabe, cerca de trinta anos mais tarde – uma série de reveses que privaram o Império de algumas das suas províncias mais prósperas, nomeadamente, a Síria, a Palestina, o Egipto, e, mais tarde, o Norte de África –, reduzindo-o, assim, a menos de metade da sua dimensão original, não só em termos de área, mas também de população. Não obstante, uma leitura das fontes desta narrativa dá-nos apenas uma vaga ideia das profundas transformações que acompanharam esses acontecimentos. Os vestígios arqueológicos de um grande número de sítios terão de ser considerados para se compreender a magnitude do colapso. Para as terras bizantinas esse colapso marcou o fim de um modo de vida – a civilização urbana da Antiguidade – e o início de um mundo medieval muito particular e distinto. Deste modo, de alguma forma, a catástrofe do século VII é o acontecimento central da história bizantina. Tal como a Europa Ocidental fora dominada durante a Idade Média pela sombra da Roma imperial, também a miragem do império cristão de Constantino, Teodósio e Justiniano permanecera para Bizâncio como um ideal a atingir arduamente, mas que nunca seria alcançado. A natureza do aspecto retrógrado da civilização bizantina deve-se, em grande parte, a estas circunstâncias.

Se o Período Inicial bizantino pode ser descrito como um equilíbrio entre duas grandes potências, o Período Médio poder-se-á comparar a um triângulo, com um lado mais comprido (o Islão) e dois lados mais curtos (Bizâncio e Europa Ocidental, respectivamente). O mundo do Islão recebeu a herança de Roma, mas também a da Pérsia, e, reunindo num vasto «mercado comum» uma área que se estendia desde Espanha até aos confins da Índia, produziu uma civilização urbana dotada de uma vitalidade extraordinária. O Império Bizantino, apesar de excluído das maiores rotas de comércio internacional, e constantemente hostilizado pelos seus inimigos, foi, ainda assim, capaz de mostrar uma grande dinâmica e recuperar muito do seu território perdido. Mas agora, tinha de olhar numa direcção diferente – não tanto para as «terras clássicas», mas sobretudo para o Norte e para o Ocidente bárbaros: os Balcãs, agora povoados pelos Eslavos e outros povos recém-chegados, o Estado Chazar (península da Crimeia) e a costa norte do mar Negro, e, além disso, o que no século IX se tornara o Estado da Rússia. Novas perspectivas estavam, pois, abertas, e a influência bizantina, pautada pela actividade missionária, irradiou até à Morávia e ao Báltico. Em síntese, é aqui que residem, numa perspectiva histórica mais ampla, os aspectos centrais do Período Médio bizantino.

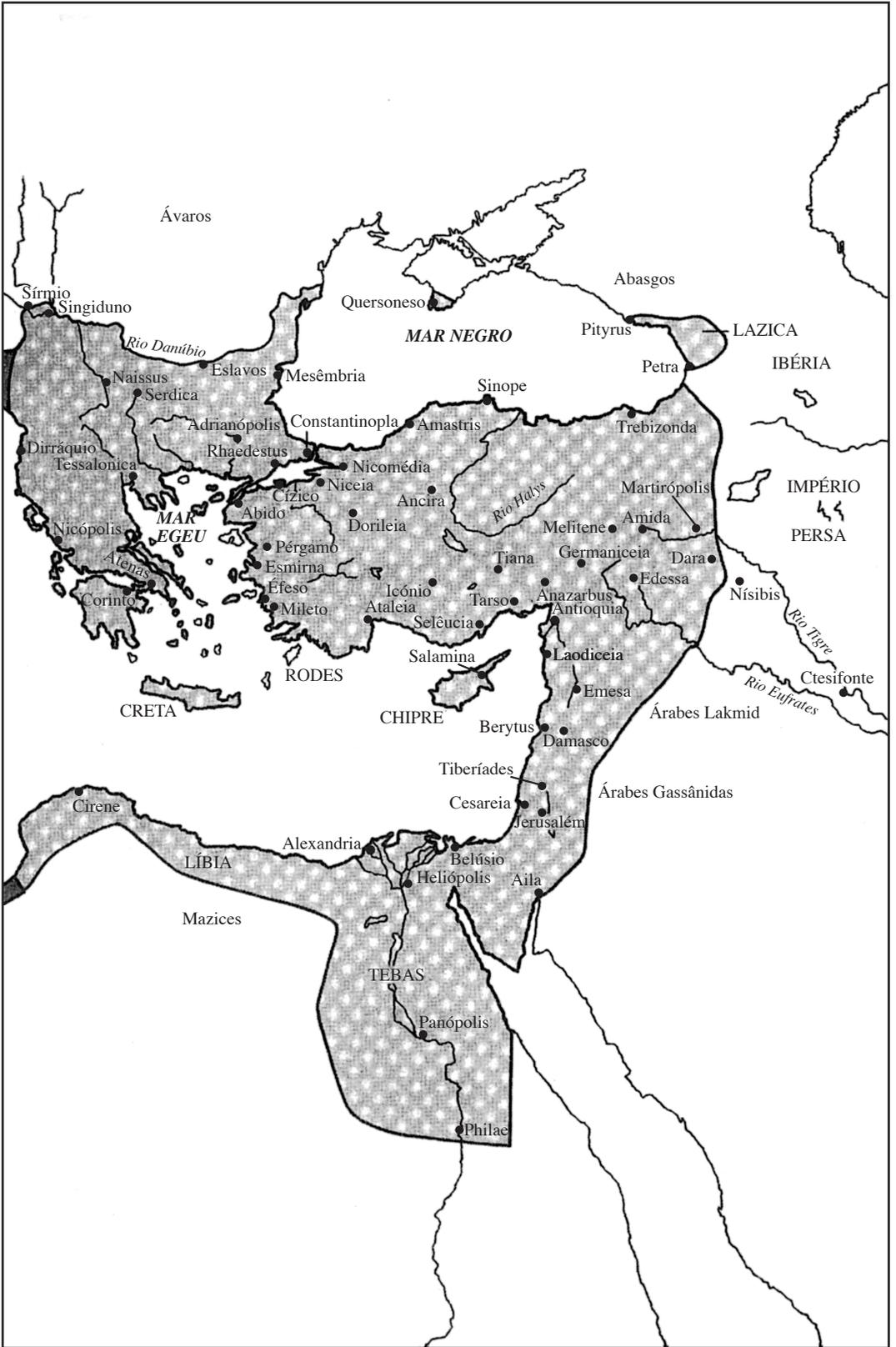


Extensão do Império de Justiniano ao chegar ao poder



Conquistas de Justiniano

Império de Justiniano I c. 560



O Período Tardio poderá, igualmente, ser entendido como um triângulo, mas apresentando uma configuração diferente. Tanto o mundo bizantino como o mundo árabe estavam agora em completa desordem, enquanto a Europa Ocidental estava em ascensão. Os principais desenvolvimentos que caracterizam esta última fase foram a perda da maior parte da Ásia Menor para os Turcos Seljúcidas e, simultaneamente, o fim do tráfego marítimo para as cidades-Estado italianas. Durante os cem anos que se seguiram, Bizâncio ainda conseguiu manter a unidade e algum do seu prestígio, mas a partir de 1180 começou a desmoronar-se a todos os níveis. A fragmentação que se seguiu – a tomada de Constantinopla pelos cavaleiros da Quarta Cruzada, o estabelecimento dos principados latinos no Levante, a formação de Estados fragmentários em Trebizonda, Niceia e Epiro, a reconstituição de algo que apenas palidamente se assemelhava ao Império de Constantinopla em 1261 – constitui uma história complexa e curiosa. No entanto, não se poderá dizer que este período da história bizantina tenha um relevo universal, pois os principais centros de poder e de civilização haviam-se mudado para outro local.

Em suma, estas foram as principais fases da história bizantina. Portanto, o objecto da nossa pesquisa corresponde a uma grande extensão temporal e está inserido num contexto geográfico em constante mudança. No Período Inicial concentrámo-nos em quase toda a bacia do Mediterrâneo; no Período Médio, o Ocidente afasta-se da nossa esfera de acção, com excepção do Sul de Itália e da Sicília, sendo que o foco de interesse passa a residir na Ásia Menor e nos Balcãs; finalmente, ficamos apenas com Constantinopla e um descontínuo de terras dispersas na Ásia Menor e na Grécia. A diversidade de localidades implica também uma diversidade de populações. Dever-se-á sublinhar com veemência que nunca existiu uma «nação» bizantina. Este tema será explorado com mais pormenor no capítulo 1. Porém, valerá a pena salientar o pressuposto de que qualquer tentativa de se impor categorias contemporâneas de nação ao mundo bizantino poderá levar a uma má interpretação dos factos.

Dever-se-á fazer uma outra ressalva em relação a este assunto. O nosso conhecimento de civilizações passadas é baseado em registos, quer sejam escritos, quer existam sob a forma de monumentos. Nos momentos em que os testemunhos escritos são abundantes, os monumentos assumem uma posição auxiliar. Por exemplo, podemos estudar a época vitoriana sem nunca olhar para o Albert Memorial, se bem que, se não o fizermos, poderemos estar a perder algumas noções interessantes, ao ponto de os

registos escritos se tornarem inadequados e os monumentos ou vestígios arqueológicos ganharem importância. Por esta ordem de ideias, a posição do Império Bizantino é bastante peculiar. À primeira vista, o volume de material escrito que nos deixou como legado parece considerável. Mas, qual a natureza deste material?

O primeiro facto com o qual o leitor se depara é a escassez de registos documentais e de arquivo. A única fase do Império para a qual existem estes registos, independentemente da sua quantidade, iniciar-se-á no Egipto e estender-se-á até à conquista árabe. No entanto, ouve-se muitas vezes dizer que o Egipto não foi, de todo, uma província representativa, e aquilo que se poderá deduzir em relação ao modo de vida característico da zona, graças à descoberta do papiro, não se aplica às outras regiões. Possuímos, igualmente, uma quantidade pequena de papiro referente a Ravena, que era uma parte do Império ainda mais marginal. Quanto ao restante, resume-se a alguns arquivos monásticos pertencentes, na maioria, ao monte Atos e ao Sul de Itália, e outros dois ou três à Ásia Menor. Os arquivos em questão dizem meramente respeito à posse de terras e não contêm nenhum material anterior ao século X. De um modo geral, isto é tudo. Os registos do governo central, da administração das províncias, da Igreja, dos senhores seculares, dos terra-tenentes, bem como de mercadores e comerciantes desapareceram todos (devemos recordar que o Império Bizantino era um Estado burocrático, por excelência). Consequentemente, não dispomos de números fidedignos acerca da população, dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos, do comércio, dos impostos – em suma, praticamente nada que possa contar para efeitos de estatísticas. Isto significa que não poderemos redigir uma história significativa da economia do Império. Para obterem mais certezas, os historiadores, cedendo à paixão generalizada pela economia e pelas estatísticas, tentaram aplicar ao Império Bizantino os mesmos métodos que foram utilizados com sucesso noutros períodos, mas que acabaram por levar a uma mesma conclusão – a falta de provas.

O material escrito que temos à nossa disposição poderá, de um modo geral, considerar-se como sendo literário, na medida em que foi preservado em livros manuscritos. Tendo em conta apenas o material da Grécia, cerca de cinquenta mil manuscritos ainda permanecem nas várias bibliotecas, remontando cerca de metade desse número à época medieval. Ainda que uma grande parte deste material seja litúrgico, teológico, de devoção, etc., o historiador do Império Bizantino não se pode queixar de que

não tem textos suficientes para ler; pelo contrário, tem até demasiados. No entanto, estes textos apresentam, estranhamente, uma qualidade opaca, e quanto mais elegante o seu registo, mais opacos se tornam. Não quer isto dizer que nos informam erradamente – pelo contrário, os historiadores e os cronistas bizantinos têm um registo razoavelmente bom para que se possa atestar a veracidade dos relatos. Os textos oferecem-nos uma película exterior dos acontecimentos públicos; porém, é em vão que olhamos em busca do conhecimento do que era a vida na realidade, oculta no interior. Se nos voltarmos para a epistolografia, um género que foi assiduamente cultivado durante a existência do Império, ficaremos ainda mais desapontados: em vez de observações pessoais, são-nos oferecidos chavões eruditos. Apenas em raras ocasiões a cortina se levanta, e isto por autores relativamente pouco cultos. Alguns escritos sobre as vidas de santos, que escaparam aos retoques estilísticos levados a cabo por Simeão Metafrastes no século X, cederam àquela categoria; assim como algumas *paterica* (compilações de histórias sobre monges) e alguns textos heterogéneos, como o *Strategicon* de Cecaumeno (século XI). Em alguns momentos, somos colocados perante a vida real numa aldeia na Galácia, no deserto egípcio, ou na propriedade de um senhor no centro da Grécia. Todavia, em todo o enorme volume da literatura bizantina, a realidade foi distorcida. Falar-se-á um pouco mais sobre este assunto no capítulo 13.

Para o historiador da civilização bizantina, o carácter limitado deste material escrito apresenta graves implicações. Pensa-se que o único meio de ultrapassar estas consequências reside no estudo das ruínas, ou, por outras palavras, na arqueologia. De resto, fez-se ainda muito pouco a este respeito. É verdade que muitas cidades clássicas foram escavadas nas províncias a leste, e muitas delas exibem um padrão contínuo de ocupação até ao início do século VII. Estamos, portanto, bem informados no que diz respeito aos cenários materiais da vida urbana durante o Período Inicial bizantino, ainda que uma grande quantidade de aspectos permaneçam por se conhecer. Os locais em questão revelam habitualmente uma ruptura dramática no século VII, por vezes na forma de uma redução drástica, outras por abandono virtual. Mas o que se seguiu? O nosso conhecimento dos Períodos Médio e Tardio bizantinos é ainda muito escasso. Os únicos monumentos que sobreviveram em número considerável, e têm sido objecto de estudo sistemático, são as igrejas. No entanto, essas construções têm sido estudadas por historiadores de arte, cujo método e abordagem (embora, sem dúvida, de interesse para outros historiadores de arte)

raramente é relevante para o historiador da civilização. Podemos chegar a deduções interessantes até mesmo a partir das igrejas, mas o que precisamos – e isso dificilmente poderá ser atingido num futuro próximo – é de uma investigação sistemática das cidades bizantinas, mas também das aldeias, castelos, quintas, sistemas de distribuição de água, estradas e instalações industriais, nas diferentes províncias do Império. Só quando essa pesquisa for realizada estaremos em posição de falar com alguma certeza do nível e do grau da civilização bizantina.

Esta grave lacuna nem sempre tem sido compreendida e, seguramente, não impediu alguns especialistas de escreverem livros sobre a civilização de Bizâncio – pelo menos uma dúzia destes trabalhos merece uma menção honrosa (ver Bibliografia). Inevitavelmente, foi necessário abranger as mesmas questões que os anteriores historiadores, mas adoptou-se uma disposição diferente da tradicional. O nosso livro foi concebido como um tríptico. Na primeira «folha» é apresentado um esboço de alguns aspectos da vida bizantina – de modo nenhum abrangerá todos os seus aspectos significativos, mas apenas aqueles que se pensa terem exercido uma influência notável no «produto» cultural bizantino. Assim, devido à enorme extensão do tema, muitos assuntos importantes foram omitidos. Por exemplo, fala-se pouco sobre a vida militar, apesar de todo o percurso da história bizantina ter sido dominado pela guerra. Também não se fala muito sobre a economia bizantina e as comunicações por terra e mar, dois temas interligados, cujo conhecimento permanece imperfeito até ao momento. Em termos cronológicos, deu-se mais ênfase aos Períodos Inicial e Médio, excluindo-se muitas vezes o Período Tardio. Os leitores com um olhar mais crítico irão certamente encontrar outras lacunas.

A segunda folha do tríptico é dedicada àquilo que Norman Baynes chamou *The Thought-World of East Rome* («O Mundo Conceptual do Leste de Roma»). Aqui tentámos descrever o conjunto consolidado e relativamente estável de crenças, que poderá ser correctamente designado por «bizantinismo». Ao fazê-lo, escolhemos, deliberadamente, o nível conceptual do «cidadão comum» bizantino: a sua situação, e como ele a via em relação aos seus poderes sobrenaturais do bem e do mal, o seu lugar na natureza, na história (tanto no passado, como futuro), a sua atitude para com os outros povos e, finalmente, a sua noção de uma boa vida e do homem ideal. Estes não foram, necessariamente, os pontos de vista defendidos pelos intelectuais bizantinos, mas, como será explicado pormenorizadamente mais adiante, os intelectuais – sobretudo depois do século VII –

apenas tiveram uma pequena participação nas questões sociais, não exercendo geralmente uma influência de relevo no pensamento comum.

Na última folha do tríptico, tentámos descrever o que Bizâncio nos legou. Colocando de parte, devido à sua natureza sobejamente técnica, os temas da lei e da teologia bizantinas, limitámo-nos apenas à literatura e à arte. O que quer que a civilização bizantina tenha sido na sua época, é com base na sua expressão artística e literária que emerge, por fim, a nossa apreciação.

# Índice

Prefácio .....	7
Introdução .....	9

## PARTE I Aspectos da Vida Bizantina

1. Povos e Línguas.....	21
2. Sociedade e Economia.....	43
3. O Desaparecimento e o Renascimento das Cidades .....	75
4. Os Dissidentes .....	107
5. O Monasticismo.....	127
6. A Educação.....	149

## PARTE II O Mundo Conceptual de Bizâncio

7. O Mundo Invisível do Bem e do Mal .....	177
8. O Universo Físico.....	195
9. Os Habitantes da Terra .....	207
10. O Passado da Humanidade.....	219

11. O Futuro da Humanidade .....	231
12. A Vida Ideal.....	249

PARTE III  
O Legado

13. Literatura.....	265
14. Arte e Architectura.....	289
Apêndice: Lista cronológica dos imperadores bizantinos.....	317
Abreviaturas utilizadas nas notas .....	321
Notas .....	323
Bibliografia.....	341
Índice remissivo.....	365